

Revista Gepesvida

Edição Especial

<http://www.icepsc.com.br/ojs/index.php/gepesvida>

Número 13. Volume 5. 2019-2. ISBN: 2447-3545.



UMA ABORDAGEM SOBRE A INCLUSÃO DO AUTISTA NO ENSINO SUPERIOR

Adriana Prado Santana Santos

RESUMO

Esse artigo tem o objetivo de pensar no atual contexto educacional brasileiro, tendo a Instituição do Ensino Superior - IES como campo investigativo, pois tem sido crescente o número de alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NNE que entram pela porta da frente (via vestibular ou outros processos seletivos). Dessa forma podemos refletir sobre algumas questões: As nossas universidades estão preparadas para receber esse público? E os professores universitários saberão transmitir o conhecimento de forma que os mesmos tenham autonomia para fazer as atividades? Esperamos que, ao final deste artigo, você aprimore sua compreensão sobre esse quadro, enriquecendo seu conhecimento acerca das especificidades desses indivíduos no ensino superior que desafiam a prática profissional do professor universitário. A pesquisa é de cunho qualitativo reuniu informações coletadas por meio de pesquisas bibliográficas de estudiosos sobre o tema proposto. Para tanto, foram utilizados livros, dissertações, teses, TCC e artigos. Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática. A partir da pesquisa dirigida evidenciou-se que esses alunos possuem potencial para chegar ao ensino superior. A educação presencial ou a distância para alunos com transtorno do espectro autista é desafiadora, mas trará uma expansão de conhecimento e melhoria de vida desse sujeito.

Palavras-chave: Inclusão. Transtorno do Espectro Autista. Ensino Superior.

ABSTRACT

This article aims to think about the current Brazilian educational context, with the Higher Education Institution - HEI as an investigative field, as the number of students with

Revista Gepesvida

Special Educational Needs (NNE) who enter the front door (via the university entrance exam or others) has been increasing. selective processes). Thus we can reflect on some questions: Are our universities prepared to receive this audience? And will university teachers know how to transmit knowledge so that they have autonomy to do the activities? We hope that by the end of this article you will improve your understanding of this picture by enriching your knowledge of the specificities of these individuals in higher education that challenge the professional practice of the university professor. The research is of a qualitative nature gathered information collected through bibliographic research of scholars on the proposed theme. For this, books, dissertations, theses, CBT and articles were used. According to Vergara (2000), the bibliographic research is developed from already elaborated material, consisting mainly of books and scientific articles and is important for the survey of basic information about the aspects directly and indirectly linked to our theme. From the directed research it was evidenced that these students have potential to reach higher education. The presential or distance education for students with autism spectrum disorder is challenging, but will bring an expansion of knowledge and improvement of life of this subject.

Keywords: Inclusion. Autistic Spectrum Disorder. Higher education.

1. INTRODUÇÃO

A formação dos profissionais na área da educação, nos últimos anos tem passado por muitas mudanças significativas, principalmente no que diz respeito à área da Educação Inclusiva, que tem como mecanismo principal, promover a acessibilidade baseada em uma inclusão de saberes no processo de ensino aprendizagem desses alunos em todas as modalidades. Quando abraçamos a profissão de educador, um dos fatores primordiais para sermos bem-sucedidos é dominar o máximo de conhecimento relacionado à área que iremos atuar. Como mediador do conhecimento é necessário buscarmos meios e estratégias para alcançar a mente e o coração dos nossos alunos independentes de ter ou não uma deficiência.

Nos empasses da Educação inclusiva estão os alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA). A lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista, descreve características persistentes para o indivíduo ser considerado autista, e por fim considera o autismo como uma deficiência no Art. 1º § 2º A pessoa com transtorno do espectro autista é considerada pessoa com deficiência, para todos os efeitos legais. (Brasil, 2012).

Revista Gepesvida

O APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. (APA) em sua última revisão do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais–DSM-5, propõe mudanças significativas no entendimento da definição de autismo. Esta nova edição passou a utilizar a nomenclatura Transtorno do Espectro Autista (TEA) para caracterizar todos os distúrbios do autismo. Descreve o autismo como: “condições específicas a um determinado grupo de pessoas que apresenta desordens complexas do desenvolvimento do cérebro, antes, durante ou logo após o nascimento” (APA, 2014, P. 97). De acordo com Schmidt (2013, p. 13), o autismo é “[...] um distúrbio do desenvolvimento neurológico que deve estar presente desde a infância, apresentando déficits nas dimensões sociocomunicativas e comportamental”.

Santos (2007), no diz que, o autismo é um distúrbio de desenvolvimento que se caracteriza por um déficit na interação social, expresso pela inabilidade em relacionar-se com o outro e normalmente combinado com dificuldades de linguagem comportamental. Sobre esse contexto acompanhe:

A principal área prejudicada, e a mais evidente, é a da habilidade social. A dificuldade de interpretar os sinais sociais e as intenções dos outros impede que as pessoas com autismo percebam corretamente algumas situações no ambiente em que vivem. A segunda área comprometida é da comunicação verbal e não verbal. A terceira é a das inadequações comportamentais (SILVA; GAIATO; REVELES, 2012, p. 20)

Vivenciamos hoje uma época em que há muitos alunos com alguma deficiência ou transtorno, que estão muito além dos muros das escolas básicas, as famílias e eles próprios, não se contentam mais somente com o ensino básico, buscam se profissionalizar seja por meio de cursos técnicos ou no Ensino Superior. Sabendo da importância da comunicação e linguagem no processo de ensino aprendizagem de qualquer aluno, neste momento vamos ater-se a questão da comunicação e linguagem, com nosso foco no aluno autista inseridos no Ensino Superior Brasileiro.

Estudos mostram que o primeiro autor a descrever o autismo foi o médico psiquiatra austríaco Leo Kanner, chamado de o pai do autismo. Ele usou a palavra autismo em 1943 para descrever uma série de características que observava em alguns de seus pacientes. De lá para cá muitas pesquisas foram sendo desenvolvidas, e estas pesquisas tem mostrado que o número de crianças com esse transtorno tem aumentado muito nos últimos anos.

Revista Gepesvida

Nesse contexto a linguagem desse indivíduo tem sido alvo de pesquisas, pois ela faz parte da capacidade humana capaz de expressar suas emoções, sentimentos ideias e conhecimentos necessários. Para Chauí (2012, p. 185) “dizer que somos seres falantes significa dizer que temos e somos linguagem, que ela é uma criação humana [...]”. Diante dessa afirmação, é natural dizer que, a linguagem é a chave para a compreensão do mundo, somos seres sociais com necessidades de comunicação.

Assim, colocamos a necessidade de compartilhar o saber: “aquele que apreende a enunciação de outrem não é um ser mudo, privado da palavra, mas ao contrário um ser cheio de palavras interiores. [...] (BAHKTIN, 2009, p.153). Entendemos que, se não houver nenhum problema fisiológico que comprometa a fala de indivíduos autistas, não deveria eles se comunicarem sem maiores dificuldades ao interagir com outros? Porém na prática não é isso que acontece. Vamos refletir a partir do que nos diz a autora Mello (2007, p.20) quando afirma que a “dificuldade de comunicação - caracterizada pela dificuldade em utilizar com sentido todos os aspectos da comunicação verbal e não verbal. Isto inclui gestos, expressões faciais, linguagem corporal, ritmo e modulação na linguagem verbal”.

A autora destaca que, no indivíduo autista encontra-se um sujeito marcado por suas características e peculiaridades na linguagem o que impacta em sua comunicação. Essas dificuldades na comunicação podem incluir a ausência da linguagem verbal; o uso somente de gestos ou até mesmo um uso muito precário dos mesmos; ausência de expressão facial ou expressão facial incompreensível para outros, mas que para ele é como se ele estivesse transmitindo a mensagem que gostaria. Enfim, eles possuem uma linguagem própria para se comunicar, onde em muitos casos não conseguem transmitir suas ideias e expressar seus sentimentos.

Realizadas essas considerações teóricas, a pesquisa objetiva pensar no atual contexto educacional brasileiro, tendo a Instituição do Ensino Superior - IES como campo investigativo, pois tem sido crescente o número de alunos com Necessidades Educacionais Especiais – NNE que entram pela porta da frente (via vestibular ou outros processos seletivos). Para o governo federal, as IESs assumem um papel significativo na proposta de educação inclusiva, pois “a formação e a capacitação docente impõem-se

Revista Gepesvida

como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente” (Brasil/MEC/SEESP, 1998).

Dessa forma podemos refletir sobre algumas questões: As nossas universidades estão preparadas para receber esse público? E os professores universitários saberão transmitir o conhecimento de forma que os mesmos tenham autonomia para fazer as atividades? Esperamos que, ao final deste artigo, você aprimore sua compreensão sobre esse quadro, enriquecendo seu conhecimento acerca das especificidades desses indivíduos no ensino superior que desafiam a prática profissional do professor universitário.

2. METODOLOGIA

A pesquisa é de cunho qualitativo reuniu informações coletadas por meio de pesquisas bibliográficas de estudiosos sobre o tema proposto. Para tanto, foram utilizados livros, dissertações, teses, TCC e artigos. Segundo Vergara (2000), a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído, principalmente, de livros e artigos científicos e é importante para o levantamento de informações básicas sobre os aspectos direta e indiretamente ligados à nossa temática.

Por meio das leituras observou-se a preocupação das IESs, bem como a angústia dos profissionais na área universitária, no que diz respeito à inclusão do aluno autista no ensino superior, o que se tornou uma inquietação e motivo da minha pesquisa como profissional da educação que trabalha com inclusão no ensino superior.

Sobre o aluno com NEE, Nunes, Azevedo e Schimidt (2013) afirmam que, [...] “as práticas educacionais adotadas nas escolas da rede comum de ensino têm produzido poucos efeitos na aprendizagem desses alunos”. (NUNES; AZEVEDO; SCHIMIDT, 2013, p.11). E como resultado, quando chegam às universidades percebe-se os efeitos da defasagem escolar.

3. RESULTADOS

As pesquisas mostraram que indivíduos autistas que chegam até o Ensino Superior, em geral são do nível 1. Mas, fica a indagação, como o professor pode

Revista Gepesvida

desenvolver e executar sua práxis educativa com indivíduos que carrega em si dificuldades na comunicação, socialização e comportamento. Embora autores descrevam os vários tipos de dificuldades impostas pelo comprometimento na linguagem, por outro lado, muitos autores mostram também as potencialidades que poderão ser trabalhados pelo educador, como forma de compensação e valorização desse sujeito.

O aluno com autismo não é incapaz de aprender, mas possui forma peculiar de responder aos estímulos, culminando por trazer-lhe um comportamento diferenciado, que pode ser responsável tanto por grandes angústias como por grandes descobertas, dependendo da ajuda que ele receber. (CUNHA, 2011, p. 68).

Observamos então, que o professor universitário deverá ter um olhar para o educando autista independente do nível de comprometimento, como tendo a possibilidade de transmitir e se fazer entender, como qualquer outro, efetivado por meio de uma comunicação, verbal ou não verbal. Neste processo há possibilidade de uma devolutiva para o professor, na compreensão e transmissão dos conteúdos como mediador, do acervo histórico dos conhecimentos que foram organizados por teóricos e sociedade na área do desenvolvimento da linguagem. É um contexto onde o profissional assume o papel de pesquisador e autor na construção do conhecimento desses educandos.

A pesquisa nos levou ao Censo de Educação Superior ano 2017, pesquisa realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), vinculado ao Ministério da Educação, mostrou que entre 2007 e 2017, a matrícula da educação no ensino superior aumentou 56,4%, com um crescimento de 3,0% se comparado ao ano de 2016, nesse percentual encontra-se os alunos autistas.

Antes de se tornar acadêmico daquela instituição, ele tem que passar pelo vestibular, assim como todos, neste sentido as universidades tem usados métodos e mecanismos para auxiliar desde o seu ingresso, fazem isso por possibilitarem a participação em vestibulares igualmente outros.

É importante considerar, também, que há programas governamentais que funcionam como facilitadores para o ingresso das pessoas com deficiência ao ensino superior, tanto no ensino público quanto no ensino privado. As instituições de ensino da iniciativa privada contam com bolsas concedidas pelo Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e pelo Programa Universidade para Todos (PROUNI). Ambos são programas

Revista Gepesvida

criados pelo Ministério da Educação (MEC), com o propósito de ampliar as oportunidades de acesso ao ensino superior no Brasil.

As IES públicas contam com programas, também criadas pelo MEC, que buscam ampliar o acesso e a permanência na educação superior, tais como o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni); o Sistema de Seleção Unificada (Sisu), que é um sistema informatizado por meio do qual as IES públicas oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); e o Programa de Acessibilidade na Educação Superior (Incluir), o qual propõe ações que garantem o acesso das pessoas com deficiência às IES federais

Há também a possibilidade de ter um professor especializado para acompanhá-lo desde seu ingresso durante todo o período do curso, a fim de ajudá-lo a entender os enunciados, muito embora a lei 12.764, de 27 de Dezembro de 2012, estabeleça que é dado esse direito ao ensino básico e profissionalizante conforme Art. 3º parágrafo único: Em casos de comprovada necessidade, a pessoa com transtorno do espectro autista incluída nas classes comuns de ensino regular, nos termos do inciso IV do art. 2º, terá direito a acompanhante especializado.

Mas o que vai diferenciar nos resultados é a forma como é avaliado sua escrita seus pensamentos, suas interpretações, ou seja, a inclusão deve começar pelo processo de ingresso desse aluno. Sabemos que cada universidade tem seus métodos para auxiliar esse sujeito, além de usar alguns já existentes, tem se apropriado de novos, e fazem isso por buscar saber qual a necessidade desse acadêmico, por meio de questionários, pesquisas com os próprios alunos e familiares e professores.

Foi constatado que acadêmico com alguma deficiência prefere fazer cursos universitários na modalidade presencial, isso produz uma maior segurança para ele próprio e seus familiares. Porém observamos que são muitos os que fazem a opção pelo ensino superior à distância, ao que parece ser um desafio ainda maior para esse público e profissionais que o atendem, pois necessitam de um acompanhamento e orientação quase que diária.

A intenção do acompanhamento é proporcionar igualdade nos processos educativos permitindo não só seu ingresso, mas também sua permanência na instituição a fim de que o aluno possa concluir o tão sonhado curso superior. As mediações do

Revista Gepesvida

programa ocorrem com os coordenadores e professores dos cursos, que devem procurar formas diferenciadas de explicação e realização das disciplinas. Esse movimento poderá ser feito por meio de telefone, e-mails, chat, e principalmente o professor que o atende nos encontros presenciais ou à distância.

O fato é que, muitas vezes esse acadêmico por estar fazendo o ensino a distância, não estará todos os dias presente fisicamente na universidade, nesse contexto, hoje em dia as universidades já oferecem várias ferramentas virtuais, a fim de fazer a mediação sempre que necessário, seja para tirar uma dúvida, pesquisas, acessar conteúdos ou buscar orientações em tempo real com o professor daquele conteúdo.

Assim, a universidade tem buscado e criado estratégias de ensino pautado em metodologias com materiais que favoreçam o ensino aprendizagem desse acadêmico.

4. DISCUSSÃO

Diante de tudo que analisamos, notamos que para encontrar meios de efetivar a inclusão e atender essas públicas muitas universidades criaram uma rede de apoio com profissionais especializados em inclusão, para acadêmicos com dificuldades de aprendizagem, com transtornos ou deficiência, observamos que muitas têm se utilizado de materiais com muitas imagens, objetos de aprendizagens, e vídeos como exemplos, reais para dar significado aos conteúdos aprendidos.

As IESs têm Formado *Núcleos de Acessibilidade Educacional* vinculado à proreitoria com profissionais especializados na área da inclusão, a fim de oferecer acompanhamento pedagógico e psicológico aos estudantes com alguma deficiência ou transtornos. Entre esses profissionais estão: (coordenadores e professores dos cursos, fonoaudiólogos, psicólogos, profissional Tradutor Intérpretes de Libras etc.).

Também observamos que a tecnologia tem sido cada vez mais presente no auxílio no ensino aprendizagem de conteúdos disciplinares dos cursos superiores, o que exige dos professores universitários estarem familiarizados com essas novas tecnologias, a fim conseguirem passar os conteúdos com mais propriedade e facilidade, em muitos casos há relatos de indivíduos autistas conseguem se entender muito bem com a tecnologia, assim os professores devem estar atentos a estas potencialidades.

Revista Gepesvida

Diante do exposto, a inclusão do aluno autista no ensino superior, tem acontecido, mesmo que tímida. No entanto cabe ressaltar que para haver de fato a inclusão há de acontecer uma mudança da postura, por parte das universidades e professores, no sentido de ser responsável por uma ação educativa inclusiva, que ocorre aos poucos, mas constante.

A exclusão de alguns e a inclusão de outros sempre foi uma marca de instituições escolares, mas somente nos últimos anos isto deixa de ser naturalizado, passando a ser problematizado, principalmente com a visibilidade das leis. Além disso, conforme notamos nos últimos anos o número de autistas tem aumentado concomitante tem crescido o interesse por uma formação acadêmica que os auxilie na tomada de decisão por uma profissão.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão de pessoas com TEA no ensino superior representa, além de uma prerrogativa legal, uma força transformadora, pois exige que o sistema educacional se atualize em busca de qualidade acadêmica. Estudos mostram que a participação dos estudantes com TEA no espaço acadêmico contribui para a transformação do ensino superior para todos os estudantes, sejam por denunciar situações de inacessibilidade ou por promover reflexões sobre atitudes, práticas educacionais, estrutura e organização acadêmica, ou ainda, por provocar a flexibilização curricular e a inovação das práticas.

Embora a pesquisa não procurasse perceber como acontece a formação dos professores universitários para trabalhar com o aluno do espectro autista, sabemos que muitas vezes essa formação e especialização acontece de maneira informal, ou seja, na troca de experiências com outros professores que já trabalharam com alunos com Transtorno de Espectro Autista. Diante das angústias demonstradas pelos professores, é importante pensar na formação continuada para esses professores.

A partir da pesquisa dirigida evidenciou-se que esses alunos possuem potencial para chegar ao ensino superior. A educação presencial ou a distância para alunos com transtorno do espectro autista é desafiadora, mas trará uma expansão de conhecimento e melhoria de vida desse sujeito.

Revista Gepesvida

REFERÊNCIAS

APA - AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. DSM-5 – **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais**. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BAKHTIN, M. M. **Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico da linguagem**. 13. Ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Secretaria de Educação Especial. **Parâmetros curriculares nacionais: Adaptações Curriculares**. Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1998.

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtornos do Espectro Autista. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12764.htm. Acesso em: 25 Julho de 2019.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e inclusão: Psicologia e práticas educativas na escola e na família**. Rio de Janeiro: WAK, 2011.

CHAUI, Marilena. **Iniciação à filosofia**. São Paulo: Ática, 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA.- **INEP Censo da Educação Básica**: Sinopse estatística da educação básica – 2007. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/censosuperior/sinopse/default.asp>. Acesso em: 25 Julho de 2019.

KANNER, L. Affective disturbances of affective contact. *Nervous Child*, 2, p. 217-250, 1943.

MELLO, Ana Maria S. **Autismo: guia prático**. 5º ed. São Paulo: AMA. Brasília: Corde, 2007.

NUNES, D. R.; AZEVEDO, M. Q. O.; SCHIMIDT, C. Inclusão educacional de pessoas com Autismo no Brasil: uma revisão da literatura. *Revista Educação Especial*, Santa Maria, v. 26, n. 47, p. 557-572, 2013.

SILVA, A. B. B.; GAIATO, M. B.; REVELES, L. T. **Mundo singular: entenda o autismo**. Rio de Janeiro: Fontanar Editora, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. In: COLE, M; STEINER, V.J; SCRIBNER, S; SOUBERMAN, E. (orgs). São Paulo: Martins Fontes, 6 ed, 2003, p.191.

Data da submissão: 17-08-2019

Data da aceitação: 16-12-2019